

Katherine Elaine Bliss. O ensaio de Ann S. Blum é sobre os esforços e os obstáculos para se erradicar o hospitalismo na Cidade do México na primeira metade do século XX, a partir da análise das concepções médicas e políticas dos programas governamentais voltados para a infância. A medicalização do comportamento e do corpo feminino e o diagnóstico de uma epidemia de histeria na Argentina em fins do século XIX são os temas de Gabriela Nouzeilles. A partir do tango – letras, dança e experiência social e cultura, Diego Armus articula tuberculose como problema sanitário, relações de gênero e as possibilidades de mobilidade social revelando um quadro complexo sobre a vida na Buenos Aires da primeira metade do século XX.

O processo coletivo de atribuição de sentido à doença e ao adoecimento tem claras e profundas interseções com a história da América Latina moderna e são bem exemplificadas nos ensaios do livro. Epidemias, endemias, doenças infecto-contagiosas e crônicas e síndromes estão entrelaçadas com processos históricos amplos, tais como nacionalismo, imperialismo, construção de Estado, hierarquias sociais, relações de gênero, conflitos raciais, políticas públicas e identidades sexuais. Podem ser expressões metafóricas ou concretas as causas ou mesmo as conseqüências desses processos. São componentes ativos da construção simbólica e material do Estado e da nação na América Latina.

Assim, ainda que toda coletânea apresente desigualdades entre os capítulos, a boa qualidade dos ensaios juntamente com a reunião de diversas abordagens e de variações contextuais e temáticas torna o livro de Armus uma excelente porta de entrada aos interessados nos temas da história da doença e da história da América Latina, e uma possível agenda de pesquisa para este campo emergente.

Gilberto Hochman
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, Brasil.
hochman@coc.fiocruz.br

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE. Pereira IB, Ramos MN. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 120 pp.

ISBN: 85-7541-093-8.

Educação profissional em saúde: perspectivas para além de uma formação técnica

A obra em apreciação de autoria de Isabel Brasil Pereira & Marise Nogueira Ramos, produzida no formato *pocket*, tem vários méritos. O texto emprega linguagem clara e acessível. Mas, talvez a principal virtude seja a de trazer à tona a dimensão política que subjaz a educação profissionalizante em saúde. As autoras lançam um olhar crítico sobre conceitos e ideologias imbricados nesse tipo de formação – com frequência, relegada ao âmbito de questões meramente técnicas ou legais – através de um percurso conjuntural mais amplo, remontado no decorrer do livro. Este é o elogiável compromisso explicitado para o leitor.

Ao longo dos cinco capítulos que estruturam a obra, as autoras concebem o processo educativo do trabalhador técnico em saúde como instância engendrada nas relações sociais da vida cotidiana, em suas perspectivas históricas, políticas, culturais e econômicas. Ressaltam o entendimento da sociedade como lugar de (re)criação e espaço de resistência humana e

atribuem ao projeto central descrito no compêndio um papel importante de compromisso público com tais objetivos.

No primeiro capítulo destaca-se a preocupação com o contexto de preparação do trabalhador da saúde. Duas expressões são centrais: “*formação profissional*” e “*qualificação profissional*”. Segundo Pereira & Ramos, a primeira é mais recente, criada para designar processos históricos que dizem respeito à capacitação para e no trabalho. Nesse enfoque particular, a discussão se desdobra em dois tópicos: “*trabalho como princípio educativo*” e “*formação politécnica*”. No âmbito da formação profissional estão inseridos sentidos e concepções diversas sobre a qualificação profissional. Advogam que esta precisa ser vislumbrada também na sua relação com a cultura e apontam o *taylorismo* como um elemento marcante no processo de disciplina- rização e despolitização dos trabalhadores. As autoras argumentam ainda que há uma necessidade urgencial de formação profissionalizante (de nível médio e fundamental) desses atores da saúde em regiões longín- quas do Brasil, para suprir a falta de médicos (e outras profissionais afins, de nível universitário) em serviços de saúde pública.

Por último, lembram que desde a 7ª Conferência Nacional de Saúde houve preocupação em relação à qualidade da formação desses trabalhadores e que, a partir daí, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Saúde traçou diretrizes gerais, para tal fim. Foi dentro desse panorama que surgiu o Programa de Agentes de Saúde no Ceará, em 1987, primeira experiência em ampla escala de utilização das atividades dos agentes comunitários de saúde (ACS).

No segundo capítulo, a abordagem recai sobre um breve histórico das instituições. São enfatizados os educadores da saúde e suas lutas por projetos a favor das instâncias públicas, chamadas a responder pela educação profissionalizante de níveis médio e fundamental. Destaca-se o debate sobre o Projeto de Formação em Larga Escala (criado na década de 1980 para viabilizar escolas e centros formadores do Sistema Único de Saúde), incluindo a proposta político-pedagógica de uma das unidades técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

Na luta pela profissionalização desses trabalhadores, configurou-se a defesa pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), destinadas às pessoas que já atuavam nos serviços. O movimento pelas ETSUS foi ganhando força à medida que os gestores públicos ampliaram o entendimento de que uma assistência de qualidade passaria necessariamente pela melhoria na formação daqueles que ali estavam alocados.

No terceiro capítulo intitulado *Particularidades das Relações entre Trabalho e Educação na Conformação do Estado Brasileiro*, são tecidas críticas à visão funcionalista de escola, por trazer consigo o risco de se considerar a educação como redentora da humanidade. Deslocar para o plano educacional a responsabilidade pelos “desajustes” e atrasos sociais, seria no mínimo ingenuidade, pois não se pode ignorar a problemática das iniquidades que se coloca, de maneira inexorável, no plano macroeconômico e político.

No capítulo 4, discutem-se questões da educação profissional em saúde no “Brasil neoliberal”, sob a égide do Projeto de Profissionalização da Área de Enfermagem (PROFAE). São formuladas observações sobre

a referida proposta que teve como base o Projeto Larga Escala, porém submetido a uma nova regulamentação educacional. Além da competência formal, de caráter técnico-científico, esperava-se que os trabalhadores desenvolvessem competência política para integralização do cuidado profissional no SUS. Segundo as pesquisadoras, a razão que impulsionou o Ministério da Saúde a adotar a noção de “competência” como referência na formação desses atores da saúde foi a mesma que levou o setor da saúde a criticar o currículo estruturado por disciplinas desde o Projeto Larga Escala. Esse paradoxo fica mais evidente quando se pensa sobre a desarticulação da escola técnica do SUS e as possibilidades de superá-la mediante o “currículo por competências”, que supostamente, estaria comprometido com a “prática” dos serviços.

Na seqüência são feitos alguns apontamentos sobre a educação profissional no Brasil a partir do Governo Lula, no sentido de demonstrar que as expectativas de profundas mudanças estruturais na sociedade e na educação foram frustradas. O tratamento anunciado pelo Ministério da Educação no início de 2003 para tal perspectiva foi de reconstruí-la como política pública e de corrigir distorções de conceitos e práticas decorrentes de medidas adotadas pelas gestões antecessoras. O Governo FHC havia separado a educação profissional da educação básica, aligeirado a formação técnica em módulos dissociados e estanques e, dado um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. O tema que diz respeito à política de Educação Permanente também é comentado na obra.

No capítulo derradeiro, se discorre sobre as perspectivas de um novo projeto de educação profissional em saúde, com questionamentos acerca de qual deveria ser o papel deste tipo de política pública. Há defesa de uma concepção que trate a educação profissional como importante mediação no processo de construção de conhecimento científico-tecnológico na esfera nacional, por meio de um projeto público que unificaria a formação de trabalhadores de níveis médio e superior para a C&T, tendo como base uma formação integrada e politécnica. Politécnica essa entendida como uma “utopia em movimento”, como uma compreensão que enxerga o trabalhador como sujeito de realizações, de conhecimento e de cultura. O avanço dessa construção pressupõe o rompimento com as antigas vertentes tecnicistas da educação e também com aquelas mais contemporâneas, sustentadas pela apologia ao novo, as quais somente rejuvenescem formas arcaicas de educação e de trabalho.

Com relação à lógica da integração ensino-serviço, discute-se que enquanto estiver circunscrita apenas aos aspectos metodológicos e não caminhar para a (re)construção de referenciais políticos e epistemológicos, a educação profissional em saúde continuará a padecer dos mesmos males. As autoras insistem que, visto pelo prisma ontológico, a atenção à saúde precisa ser compreendida como a ação humana destinada ao cuidado do/com o outro. Por esse sentido, o trabalho não é uma mercadoria, o trabalhador não é um recurso e a educação não se reduz ao método. O trabalho em saúde é definido como uma mediação na produção da existência humana – degradada ou digna – seja para quem o realiza, seja para quem o recebe. O trabalho voltado para a produção de vidas dignas de seres humanos exige a transformação radical não somente das

práticas de atenção à saúde, mas das próprias relações sociais de produção. Portanto, a formação do trabalhador em saúde, muito além de ser orientada pelo e para os serviços de saúde, estando a eles integrada, deve ser orientada pela e para a emancipação humana coletiva.

Adriana Estevão
Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.

Marcos Bagrichevsky
Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.
marcos_bagrichevsky@yahoo.com.br

RECURSOS CRÍTICOS: HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA OPAS-BRASIL EM RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE (1975-1988). Pires FA, Paiva CHA. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 204 pp.

ISBN: 85-7541-102-0

O convite à leitura e aos comentários do livro *Recursos Críticos: História da Cooperação Técnica OPAS-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1975-1988)*, da Editora Fiocruz, deu-me a oportunidade de revisitar uma história de sucesso no campo dos recursos humanos em saúde no Brasil, com a apresentação de fatos e análises que revelam de forma ilustrativa, a sua importância para a construção do Sistema de Saúde e para a Reforma Sanitária brasileira.

Embasados em uma vasta bibliografia e em ricos depoimentos, os capítulos vão revelando uma história que foi “tecida” em um ambiente político nacional adverso, onde foi possível desenvolver e implantar projetos concebidos e gerenciados por grupos progressistas abrigados no interior do governo e da agência de cooperação OPAS-Brasil, produzindo iniciativas que se forjaram nas frestas abertas pela própria conjuntura, e que foram habilmente recuperadas pelos autores.

As conexões reveladas pelo estudo retratam uma obra de alicerce sólido, de onde partem ramificações políticas nacionais e internacionais reunindo conhecimentos e articulações coerentes com as “ondas de inovação e criatividade” no campo de recursos humanos e conexões, que atravessam as décadas de 70 e 80, na visão de cooperação analisada pelos autores.

As estratégias contemplam relações como teoria e prática, ensino e serviço, nacional e internacional conformadas em estratégias que integram o Acordo Interministerial para um Programa Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil, conduzido pela OPAS e pelos Ministérios da Saúde, da Educação e da Previdência Social. As experiências analisadas revelam que, nesse acordo, a cooperação da OPAS se estruturou de forma atípica, com a incorporação de expressivo número de quadros técnicos nacionais, que dividiam suas atividades de forma intensa e compartilhada com técnicos do governo brasileiro, que à época, se associavam nas críticas às estruturas de gestão do Estado existentes e se abrigavam em um movimento de construção de uma nova visão de Estado e de Sociedade.

No plano internacional mais amplo os autores destacam as conseqüências da crise do petróleo e do endividamento externo, criando condições favoráveis para a mudança do modelo de Estado prestador para Estado